



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS**

CEP 38970-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
CAIXA POSTAL 28

**LEI Nº 834/2019**

**Cria e organiza a Procuradoria Geral do Município, dispõe sobre a carreira de advogado assistencialista municipal e dá outras providências.**

A Câmara Municipal de Campos Altos – MG aprova e eu Prefeito Municipal de Campos Altos – MG sanciono a seguinte Lei:

### **TÍTULO I**

#### **DA CRIAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DISPOSIÇÃO PRELIMINAR**

Art. 1º Fica criada na estrutura organizacional do Poder Executivo a Procuradoria Geral do Município de Campos Altos como órgão permanente, subordinada diretamente ao Chefe do Poder Executivo Municipal, sendo responsável pela representação dos interesses do Município em juízo e fora dele, pautando-se sempre pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e da indisponibilidade do interesse público.

#### **CAPÍTULO II**

##### **DA COMPETÊNCIA**

Art.2º - A Procuradoria-Geral do Município é órgão integrante da administração direta municipal, vinculada diretamente ao Prefeito Municipal e tem por finalidade a representação e assessoramento jurídico do Município, competindo-lhe:

I - Exercer a representação judicial e a consultoria jurídica do Município de Campos Altos – MG, ressalvada a representação judicial, a consultoria e o assessoramento técnico-jurídico do Poder Legislativo.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS**

CEP 38970-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
CAIXA POSTAL 28

- II - Promover, privativamente, a cobrança da dívida ativa municipal;
- III - Promover quando solicitado às ações judiciais necessárias à defesa dos interesses do Município;
- IV - Prestar assessoramento jurídico aos entes da administração indireta do Município, em caso de necessidade;
- V - Assessorar no preparo dos anteprojetos e projeto de leis de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, incluindo as respectivas justificativas;
- VI - Assessorar as minutas de decretos a serem baixados pelo Chefe do Poder Executivo;
- VII - Elaborar as razões de veto aos autógrafos submetidos à sanção do Chefe do Poder Executivo.
- VIII - Efetuar a defesa dos atos administrativos, salvo se os reconhecerem ilegítimos;
- IX - Elaborar as informações a serem prestadas pelas autoridades do Poder Executivo em mandados de segurança, após subsídios fornecidos pela autoridade que praticou, ordenou ou autorizou o ato.
- X - Zelar pela observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência da administração municipal;
- XI - Atuar extrajudicialmente em defesa dos interesses do Município;
- XII - Efetuar a defesa dos agentes públicos quando questionados atos administrativos praticados no exercício da respectiva função, salvo se contrariar o interesse público;
- XIII - Emitir recomendações e sugerir providências de ordem jurídica a órgãos municipais e secretarias;
- XIV - Pugnar pela solução dos problemas da cidadania e pela efetivação dos seus direitos individuais, coletivos e difusos, no âmbito da comunidade.
- XV - Emitir pareceres em processos administrativos e licitações no âmbito do Executivo Municipal ou sobre outros assuntos sempre que solicitado.
- XVI - Exercer outras funções jurídico-consultivas.

### **CAPÍTULO III DA ESTRUTURA**

Art.3º - Integram a estrutura organizacional e administrativa da Procuradoria-Geral do Município os seguintes cargos:

- I - Procurador-Geral do Município;
- II - Assessoria Jurídica;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS**

CEP 38970-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
CAIXA POSTAL 28

- III - Advogado Assistencialista;
- IV- Secretária.

Paragrafo Único: as vagas se limitarão exclusivamente em:

- I - Um Procurador;
- II - Dois Assessores Jurídicos;
- III - Quatro Advogados Assistencialistas;
- IV - Uma Secretária.

### **SEÇÃO I** **DO PROCURADOR-GERAL**

Art.4º - A Procuradoria-Geral do Município é dirigida pelo Procurador-Geral, nomeado em cargo de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 1º - O cargo de Procurador-Geral do Município é privativo de Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, com reconhecido notório saber jurídico, reputação ilibada e, preferencialmente, com experiência em áreas diversas da Administração Pública Municipal.

§ 2º - Esta Lei altera os vencimentos do Procurador-Geral do Município, o qual passará a ser R\$ 6.854,00 (seis mil oitocentos e cinquenta e quatro reais).

§ 3º - São devidos os Honorários de sucumbência ao Procurador Geral do Município e a Assessoria junto aos processos que estes atuarem bem como nos feitos de acordos judiciais, ou aqueles provenientes de acordos extrajudiciais, aplicando-se o disposto do artigo 24 e parágrafos desta lei.

Art.5º - São atribuições do Procurador-Geral:

- I- Representar o Município em juízo em ações relativas a qualquer matéria que seja de interesse do Município.
- II- Dirigir a Procuradoria-Geral do Município, superintender e coordenar todas as atividades privativas da advocacia e orientar-lhe a atuação;
- III- Propor ao Prefeito Municipal a anulação de atos administrativos da Administração Pública;
- IV- Avocar a defesa de interesse do Município em qualquer ação ou processo, bem como a defesa de entidade da administração indireta, quando determinado pelo Prefeito Municipal;



- §4º – Caso o Procurador-Geral do Município entenda que não é conveniente ou oportuno o ajuizamento de determinada ação e, ainda assim, haja interesse na sua propositura, o gestor que a requerer deverá solicitar por escrito e se responsabilizará por suas consequências.

J. Ahmed



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS**

CEP 38970-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
CAIXA POSTAL 28

Art.6º - É dever da Assessoria Jurídica, Auxiliar diretamente a procuradoria do Município, sobre a inspeção do Procurador Geral do Município.

§ 1º Cabe ainda a Assessoria Jurídica, representar o executivo em juízo ou fora dele nas ações em que for autor, réu ou interessado, acompanhando o andamento do processo, prestando assistência jurídica, apresentando recursos em qualquer instancia, comparecendo a audiência em outros atos, para defender direitos ou interesses do Município.

§ 2º Os vencimentos da Assessoria Jurídica passará a ser R\$ 4.111,55 (Quatro mil cento e onze reais e cinquenta e cinco centavos).

### **CAPÍTULO II**

#### **DAS CLASSES INTEGRANTES DA CARREIRA DE ADVOGADO ASSISTENCIALISTA**

Art.7º – A carreira de Advogado Assistencialista do Município é constituída das seguintes classes:

- I – Advogado Assistencialista Nível I;
- II - Advogado Assistencialista Nível II;
- III - Advogado Assistencialista Nível III;
- IV – Advogado Assistencialista Nível IV;
- V – Advogado Assistencialista Nível V.

§ 1º O cargo de Advogado Assistencialista Nível I constitui a classe inicial da carreira.

§ 2º São Atribuições específicas aos advogados assistencialistas:

- I- Prestar junto às pessoas carentes de recursos financeiros orientação permanente sobre seus direitos e garantias;
- II- Representar em juízo os carentes de recursos na tutela de seus interesses individuais ou coletivos, no âmbito civil, perante os órgãos jurisdicionais do Estado e em todas as instâncias;
- III- Promover a mediação e conciliação extrajudicial entre as partes em conflito de interesses;
- IV- Assegurar aos carentes de recursos em processo judicial ou administrativo, contraditório e ampla defesa, com meios e recursos a ela inerentes;
- V- Atuar nos Juizados Especiais Cíveis.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS**

CEP 38970-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
CAIXA POSTAL 28

§ 3º - o Advogado Assistencialista será destinado às pessoas carentes do Município de Campos Altos- MG, e, para fazer uso de tais serviços terão que passar por avaliação do Serviço de Assistência Social, que averiguará a necessidade de cada pessoa.

Art.8º – Cabe ao advogado assistencialista, além das atribuições contidas nesta lei o dever de executar e auxiliar as atividades de competência da Procuradoria do Município quando requisitado pelo Procurador Geral do Município.

### **CAPÍTULO III DO INGRESSO NA CARREIRA**

Art. 9º - O ingresso na carreira de Advogado Assistencialista dar-se á na classe inicial, mediante previa aprovação em concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases.

§ 1º - O Advogado Assistencialista será enquadrado mediante termo de posse perante o Prefeito, com o compromisso formal de estrita observância das leis, respeito às instituições democráticas e diligente cumprimento dos deveres inerentes ao cargo.

§ 2º - São requisitos para a investidura no cargo de Advogado Assistencialista, entre outros estabelecidos no edital:

- I - ser brasileiro;
- II - ser bacharel em Direito;
- III - estar em gozo dos direitos civis e políticos;
- IV - estar regularmente inscrito como Advogado na Ordem dos Advogados do Brasil;
- V - estar quite com o serviço militar, se do sexo masculino;
- VI - Ter no Mínimo três anos de pratica jurídica comprovada após o bacharelado;

§ 3º - Além de outros documentos previstos em legislação específica, o candidato nomeado deverá apresentar, no ato de sua posse, ou enquadramento, declaração de bens.

### **CAPITULO IV DA REORGANIZAÇÃO DE PESSOAL**



Edward



*Idmud*





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS**

CEP 38970-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
CAIXA POSTAL 28

XIV – outros deveres inerentes ao cargo público, previstos do Estatuto dos Servidores Públicos do Município, na Lei 8906/94 – Estatuto da Advocacia e da OAB e no Código de Ética e disciplina da OAB.

### **CAPÍTULO VII DAS VEDAÇÕES**

Art.14 – É vedado ao Assessor jurídico e ao Advogado Assistencialista:

- I - exercer a advocacia em processos judiciais e extrajudiciais contrariamente ao interesse direto do ente público que representa;
- II - empregar, em qualquer expediente oficial, expressões ou termos desrespeitosos;
- III - praticar qualquer ato que represente deslealdade para com a Administração Pública Municipal;
- IV - Valer-se da qualidade do cargo para obter vantagem;
- V- Ingressar nas dependências publica do Município com trajes incompatíveis com o decoro e a dignidade forenses.
- VI- É vedado ao procurador receber citações, intimações e notificações judiciais com obrigação de fazer endereçadas diretamente ao Município ou a pessoa do prefeito;
- VII- Manifestar-se, por qualquer meio de divulgação, sobre assunto relativo a procedimentos em que atuar no exercício de suas atribuições, salvo quando autorizado pelo Procurador-Geral do Município.

Art.15 - É igualmente vedado ao Assessor jurídico quanto ao Advogado Assistencialista atuar em processo ou procedimento em que:

- I- for pessoalmente parte ou de qualquer forma interessado;
- II - houver atuado como advogado da parte contrária;
- III - houver interesse de cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau;
- IV - houver postulado como advogado de qualquer das pessoas mencionadas no inciso anterior.

### **CAPÍTULO VIII DO REGIME JURÍDICO E DA REMUNERAÇÃO**

Art.16 - O regime jurídico da carreira de Procurador, Assessor, Advogado Assistencialista ou secretaria é o estatutário, aplicando-lhes o que couberem as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Altos.

Art. 17. O Procurador Geral do Município e os Assessores Jurídicos serão remunerados conforme o disposto no § 2º do art. 4º e no § 2º do art. 6º respectivamente, enquanto a remuneração dos advogados assistencialistas será aquela prevista no Anexo I desta Lei.

Art. 18. A jornada de trabalho do Assessor Jurídico, do Advogado Assistencialista e da Secretária será de 40 horas semanais.

## CAPÍTULO IX

### DA PROGRESSÃO NA CARREIRA

Art.19 – A progressão na carreira de Advogado Assistencialista será vertical.

Art. 20- A progressão vertical de um nível para outro superior dos integrantes da carreira de Advogado Assistencialista far-se-á por antiguidade, na forma seguinte:

- a) Nível I, ingresso na carreira após nomeação;
- b) Nível II, após 3 (três) anos de exercício no cargo;
- c) Nível III, após 10 (dez) anos de exercício no cargo;
- d) Nível IV, após 17 (dezessete) anos de exercício no cargo;
- e) Nível V, após 25 (vinte e cinco) anos de exercício no cargo.

§ 1º – Não haverá a progressão vertical ou o enquadramento durante o período em que o Advogado Assistencialista estiver em licença por interesse particular.

## CAPÍTULO X

### DA SECRETÁRIA

Art. 21 – A Função de Secretária será nomeada pelo chefe do poder executivo por comissão e deverá de ser exercido exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, com as atribuições de direção, chefia e assessoramento dentre outras.

§ 1º - Além de secretariar os trabalhos junto à procuradoria são atribuições da Secretária:

*Thmud*



*J. A. Mue*



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS**

CEP 38970-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
CAIXA POSTAL 28

Art.23 – Não será permitida a disposição ou a cessão de Advogado Assistencialista para prestar serviço fora do âmbito da Procuradoria-Geral do Município, salvo concordância expressa do Procurador.

Art.24 – Para efeito desta Lei considera-se principal função de Advogado Assistencialista os serviços prestados no Município de Campos Altos – MG, no qual incumbe o desempenho das funções de orientação, postulação e defesa dos direitos e interesses das pessoas que não podem pagar pelos serviços de um advogado atuando sobre a égide inerente a atividade privativa da advocacia, nos termos do art. 1º e seguintes da Lei Federal nº 8.906/94 – Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 25. Os honorários advocatícios decorrentes de sucumbência nos feitos e acordos judiciais, bem como aqueles provenientes de acordos extrajudiciais, serão rateados, em partes iguais, entre os Advogados Assistencialistas em exercício na data de seu recebimento.

§ 1º - Quando depositados em conta do município, o Advogado Assistencialista receberá a verba honorária mensal na folha de pagamento do mês subsequente ao de seu recebimento pelo Município, em parcela destacada, sobre a qual não incidirão quaisquer vantagens pecuniárias do Advogado, inclusive, aumentos e adicionais, bem como não se incorporando a verba honorária à remuneração do advogado.

§ 2º – Quando houver acordo e/ou parcelamento do crédito, os honorários sucumbenciais, incidentes sobre o montante do ajuste, serão quitados antecipadamente e em parcela única, como condição de validade da transação, observado o percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do ajuste.

§ 3º – Na extinção do crédito por dação em pagamento ou compensação de precatório aplica-se o § 2º deste artigo.

§ 4º – A falta de comprovação do pagamento dos honorários sucumbenciais incidentes sobre o débito em cobrança judicial impedirá a baixa na dívida ativa.

§ 5º – Ressalvada a hipótese de férias regulamentares, o advogado não fará jus à verba honorária no período em que estiver afastado.

§ 6º – Caso o afastamento seja por período inferior a 30 (trinta) dias, receberá o equivalente aos dias trabalhados, calculados pro rata die.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS**

CEP 38970-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
CAIXA POSTAL 28

### **TÍTULO IV**

#### **DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art.26 - Esta Lei será regulamentada, naquilo que não for de logo exequível, por ato do Prefeito Municipal.

Art.27 - Fica alterada, em toda a legislação municipal, a nomenclatura do cargo de "Técnico Superior em Serviços Públicos – Função Advogado" para Advogado Assistencialista.

Parágrafo único - Os atuais servidores titulares do cargo de Técnico Superior em Serviços Públicos – Função Advogado, tendo em vista igualdade de atribuições e requisitos de investidura, passam a integrar a carreira de Advogado Assistencialista instituída por esta Lei, contando-se o tempo de exercício no serviço público municipal em atividade privativa da advocacia para fins de promoção de um nível a outro.


Art.28 - A Administração Municipal consignará nos orçamentos anuais e plurianuais dotações orçamentárias para prover a manutenção e o funcionamento da Procuradoria Jurídica do Município, bem como o aperfeiçoamento dos seus membros.

Art.29 - O dia do Advogado Municipal será comemorado em 11 de agosto, podendo ser considerado, a critério do Prefeito Municipal, ponto facultativo para a Procuradoria Geral do Município.

Art. 30. Ficam revogados os artigos 1º, 2º e 3º da Lei Municipal 137/2005 e a Lei Municipal 147/2005.

Art.31 – Revoga-se as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Altos/MG, 17 de abril de 2019.

  
PAULO CEZAR DE ALMEIDA  
Prefeito Municipal



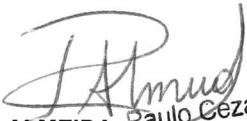
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS**

CEP 38970-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS  
CAIXA POSTAL 28

**ANEXO I**

**QUADRO DE PROGRESSÃO DOS ADVOGADOS ASSISTENCIALISTA**

CARGO	VENCIMENTO
Adv. Assistencialista: Nível I .....	R\$2.529,22
Adv. Assistencialista: Nível II .....	R\$3.426,26
Adv. Assistencialista: Nível III .....	R\$4.111,51
Adv. Assistencialista: Nível IV.....	R\$4.796,76
Adv. Assistencialista: Nível V .....	R\$5.482,00

  
PAULO CEZAR DE ALMEIDA Paulo Cezar de Almeida  
Prefeito Municipal Prefeito Municipal